

RETÓRICA DE RUPTURA E DESCONTINUIDADE NAS CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM: UM ESTUDO PELA HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

RETHORIC OF RUPTURE AND DISCONTINUITY IN THE SCIENCES OF
LANGUAGE: A STUDY THROUGH THE HISTORIOGRAPHY OF LINGUISTICS

Ronaldo de Oliveira Batista
Universidade Presbiteriana Mackenzie
ronaldo.obatista@gmail.com

RESUMO:

Este texto tem como foco de observação, a partir da Historiografia da Linguística, a retórica de linguistas em momentos de ruptura na história do conhecimento sobre a linguagem. Para tanto são colocados sob análise posicionamentos discursivos em um texto que se considera na história da linguística brasileira como o de divulgação inicial da Gramática Gerativa no Brasil, a saber, a resenha que Miriam Lemle fez em 1967 das ideias de Noam Chomsky. A interpretação aqui proposta destaca um episódio do desenvolvimento da linguística no Brasil, acabando por evidenciar de que modo a prática científica é também uma prática discursiva, circunscrita a uma dimensão histórica e social específica.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia da Linguística, Gramática Gerativa, Retórica de ruptura

ABSTRACT:

This text focuses on the observation, from a Linguistic Historiography perspective, of the linguists rhetoric in moments of rupture in language knowledge history. It will analyze discursive positions in texts, which are considered the initial development of Generative Grammar in Brazil, specifically, the review Miriam Lemle wrote in 1967 about Noam Chomsky's ideas. The proposed interpretation will focus on one episode of the Linguistics development in Brazil, showing that scientific practices are also discursive practices that are surrounded by historical and social dimensions.

KEY WORDS: Historiography of Linguistics, Generative Grammar, Rhetoric of rupture

Introdução

As reflexões elaboradas historiograficamente podem colocar em destaque uma complexa dimensão que se forma quando correntes teórico-metodológicas de tratamento da linguagem são consideradas como objeto de análise, permitindo uma interpretação do desenvolvimento histórico da construção de saberes por meio de uma perspectiva que estabelece o conhecimento científico como derivado de um contexto social e institucional. Nessa perspectiva de observação, o historiógrafo pode chegar a interpretações que evidenciam como as ações da conduta investigativa na ciência relacionam-se em cadeia implicativa, na qual um posicionamento conduz a outro, ao mesmo tempo em que anula aqueles que se circunscrevem a outras esferas sociais de prática científica. Para chegar a esse ponto de investigação, observar a dimensão social do conhecimento científico é essencial, porque se passa a definir “a ciência não como um episódio isolado de comportamento de determinado indivíduo, mas como um padrão de comportamento que se encaixa em determinado contexto” (DUTRA, 2008, p. 291). Ou seja, os empreendimentos científicos estabelecem uma rede de contatos, na qual apresentações de modelos e suas aplicações por um pesquisador implicam necessariamente formação de diálogo com o grupo a que ele pertence e mesmo com outros grupos em relação aos quais se coloca em posição de franca ruptura. Chega-se, assim, ao que Bourdieu (2004) define como os capitais de valoração que envolvem o conhecimento intelectual e científico, permitindo o reconhecimento de ideias em um recorte temporal e em uma esfera institucional e social.

Sendo assim, a realidade histórica, com seus documentos e vestígios, é reconstruída constantemente pelas perspectivas analíticas que a tomam como objeto de observação a partir de diretrizes teórico-metodológicas, neste caso aquelas assumidas pela Historiografia da Linguística. Coloca-se como função desse recorte teórico interpretar saberes sobre a linguagem humana (considerados como documentos históricos) tanto em sua dimensão interna (o que os documentos/textos históricos dizem, como dizem, por que o dizem), quanto em sua dimensão externa (o contexto histórico-social em que documentos/textos históricos são legitimados como parte de um processo científico e/ou intelectual).

Para uma reconstrução historiográfica da linguística, pode-se teoricamente considerar que a história é sucessão alternada de continuidades e descontinuidades. Há, portanto, a compreensão de que o desenvolvimento de estudos sobre a linguagem ao longo do tempo possibilitou a formação de tradições de pensamento, no sentido de que o conhecimento sobre línguas e linguagem configurou-se em perspectivas diversas, congregando intelectuais, cientistas,

gramáticos em diferentes grupos, promovendo, conseqüentemente, embates em torno da manutenção ou de rupturas de modos de pensamento. Assim, um eixo de continuidades históricas se forma quando há adesão a saberes que já foram validados dentro de um campo e que têm reconhecimento de um grupo de pesquisadores; constrói-se, desse modo, uma tradição de pensamento. De maneira complementar, há também um eixo de descontinuidades históricas, no qual prevalecem a diferença, a oposição e a ruptura dentro de um campo de investigação científica.

A observação e a análise de movimentos de continuidades e descontinuidades na história da produção científica de estudos sobre a linguagem podem nos conduzir à reafirmação de que paradigmas científicos são essencialmente construções teóricas em busca de explicações a respeito da natureza e do funcionamento da linguagem humana. Nesse sentido, coloca-se em pauta o caráter provisório de teorias linguísticas¹. No entanto, na prática científica, que envolve agentes/sujeitos e suas formas de posicionamento em relação a teorias de que são adeptos e também em relação a modos de investigação com os quais não concordam, a argumentação estabelecida pelos pesquisadores é um dos elementos que deve estar na mira da investigação dos historiógrafos da linguística, pois, como afirma Borges Neto (2012, p. 58), ao avaliar a contribuição de filósofos da ciência do século XX, “uma das características mais marcantes da ciência é a tenacidade com que os cientistas defendem suas teorias diante das refutações”, ou seja, “embora as teorias possam ser falseadas, os cientistas agem como se não o percebessem”.

De acordo com uma série de discussões na filosofia da ciência, o conhecimento humano e também o conhecimento científico podem ser considerados como comportamento ou forma de ação (DASCAL, 1994, 2010; DUTRA, 2008; RAJAGOPALAN, 2009), no sentido de que a formulação de ideias e teorias e sua conseqüente recepção, em termos de aceitação ou refutação, se dão em complexo jogo em que se está considerando a presença de práticas sociais em contextos determinados de ação, o que podemos associar à noção de atos de fala, no sentido de que proferimentos estão articulados a intenções que devem provocar reações a manifestações essencialmente linguísticas. Assim, podemos considerar a prática científica como constituída também de ações linguísticas que orientam ou direcionam comportamentos em torno das ideias elaboradas pela investigação científica. Essa prática científica é constituída, por sua vez, de

¹ “As teorias científicas são sempre provisórias e refletem certo estado do conhecimento, nunca sendo atribuído a elas o caráter de verdade final.” (BORGES Neto, 2012, p. 38)

práticas linguísticas, organizadas e atualizadas em modos de dizer, em práticas discursivas, em usos da linguagem contextualmente delimitados e demarcados, como atos de linguagem que em sua essência procuram levar o outro a agir.

Nesse sentido, colocar qualquer produção de linguagem como objeto de uma análise implica levar em conta que a materialidade textual do que se diz em determinado contexto relaciona-se, intrinsecamente, por a refletir, com a própria situação que a engendrou, ou seja, estão de alguma forma inscritos na textualidade os sujeitos (agentes produtores de linguagem e saber) dos discursos² seu contexto social de prática comunicativa, as especificidades de um gênero, as estratégias de argumentação. Por essa propriedade de estabelecer atos de fala, contextualizados em situações comunicativas específicas, estabelecendo ações por meio das trocas verbais (que não só referenciam, mas simbolizam, persuadem e levam a ações no mundo e nos meios sociais em que falantes se inserem), que os textos possuem é que se pode afirmar que não há uma exterioridade do texto ou dos enunciados efetivamente produzidos em uma interação comunicativa, mas uma relação permanente entre algo interno – da natureza linguística dos enunciados empregados pelos interlocutores – e algo externo – a situação social (lugar, tempo, modalidades e registros de uso da língua), os papéis e as hierarquias sociais, os propósitos comunicativos, as coerções dos estilos dos gêneros como atividades de linguagem, confluências e embates ideológicos, valores culturais e históricos; elementos todos que, em conjunção, vão especificar os modos de dizer dos cientistas.

São, enfim, esses modos de dizer, situados em práticas discursivas específicas, que definiremos aqui como *retórica*³ na pesquisa em Historiografia da Linguística. Procurando ampliar as considerações de Murray (1994), propomos

² Em sentido geral, consideramos a definição de discurso relacionada ao que propõe Foucault: “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência”. (FOUCAULT, 2008, p. 132-133)

³ A abordagem considerada como fundadora para a reflexão dos modos de dizer dos linguistas é a publicação de Murray (1994), que propõe como categoria de análise para os processos sociais que envolvem práticas científicas (e especificam o que entendemos como discursos científicos), os conceitos de *retórica de continuidade* e *retórica de ruptura*. Esses conceitos dizem respeito a percepções que a comunidade de cientistas tem sobre si mesma e sobre suas formas de atuação nos ambientes em que empreende suas práticas de produção e difusão do conhecimento.

essa noção como um dispositivo de análise que permitirá observar nas manifestações linguísticas, no âmbito do discurso científico em ciências da linguagem, posicionamentos de continuidade ou de ruptura na produção e divulgação de modos de descrição e análise de fenômenos linguísticos, pois, quando comunidades científicas se organizam em torno de uma retórica de ruptura ou de adesão a um paradigma, a suposta neutralidade do discurso científico coloca-se diante de um posicionamento que se quer legítimo e ocupa seu lugar social, uma vez que fala de um espaço específico e demarcado⁴. Propomos, assim, considerar retórica como modos de dizer resultantes de práticas discursivas, originadas em campos específicos dos saberes. Essa retórica é veiculada em modalidades enunciativas específicas (em gêneros discursivos), associadas a imagens simbólicas produzidas pelos próprios atos discursivos, engendrados em um contexto social, histórico e ideológico (com todas as variáveis que esse complexo implica), que acaba por definir cada ato de enunciação como singular e específico, a partir de um sujeito enunciador da linguagem, visto, desse modo, como imerso em um jogo de forças entre a transparência (efeito de sentido) e a opacidade da linguagem⁵.

Essa retórica dos cientistas da linguagem (imersos nos efeitos de sentido implicados no que se considera como ideal científico em determinada época) veicula nos enunciados/textos produzidos (nosso material considerado como documento histórico) considerações acerca da linguagem próprias de um domínio teórico (relativo a concepções de linguagem adotadas por um pesquisador), que valida, conseqüentemente, um domínio técnico (conjuntos de procedimentos de descrição e análise). Essas dimensões em que os discursos dos cientistas se ancoram estão presentes (de modos variados, de acordo com as especificidades de práticas comunicativas contextualizadas) em um domínio documental (o material considerado para análise historiográfica), inserido, conseqüentemente, em um domínio contextual e institucional, singulares e específicos também (SWIGGERS, 2005).

⁴ “O empreendimento científico é corporativo. [...] Nunca se trata de um único indivíduo que passa sozinho por todas as etapas da cadeia lógico-indutiva, e sim de um grupo de indivíduos que partilham entre si o trabalho mas fiscalizam permanente e zelosamente as contribuições de cada um.” (ZIMAN, 1979, p. 25)

⁵ Essas colocações são derivadas de Foucault, que entendia prática discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em dada época e para determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008, p. 133)

Sendo assim, retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística⁶ diz respeito não só a escolhas linguísticas e intenções (explícitas ou implícitas) dos atos comunicativos (tendo em vista validar, por meio dos enunciados produzidos em determinados contextos, ideias, saberes e práticas científicas), mas também nos revela o lado persuasivo que está na base de toda interação verbal⁷. Na perspectiva historiográfica que aqui se propõe, será considerado que a imagem tradicional do fazer científico é um efeito de sentido bem calculado, que mascara a subjetividade e a intersubjetividade que trazem humanidade à ciência e a recolocam, como já ressaltado, em lugares históricos e sociais definidos⁸. Recupera-se, portanto, a persuasão que, de fato, está na base, muitas vezes não perceptível em nível superficial, de todos os tipos de discurso, e não só naqueles que mais ostensivamente nos revelam suas estratégias suasórias. Está, pois, nas falas, nas argumentações, nas escolhas discursivas de pesquisadores a retórica que procura convencer o outro da legitimidade de uma prática científica.

Nessa linha de pensamento, deve-se considerar, sem dúvida, que o interesse persuasivo de um enunciado espelha e projeta uma ideologia, marcada, por exemplo, em seleções lexicais, em jogos de oposição e contraste que ordenam e concretizam as mensagens dos linguistas. Essa camada mais visível da língua possibilita a materialização de outro nível de significação, nem sempre óbvio: os significados que se dizem e não se dizem e que expõem, de modos diversos, universos de saberes dos envolvidos nas trocas intelectuais e na produção de conhecimento. São esses saberes que permitem um enquadramento em culturas científicas específicas, em grupos de especialidade (comunidades de pesquisadores) que autorizam dizeres. Na próxima seção, serão feitas considerações

⁶ Definir retórica como categoria observacional traz como consequência a afirmação de que a ciência e o conhecimento intelectual podem ser situados em um panorama sociológico, pois se entende ciência como produto de uma situação social específica, que pode ser observada também nos meios de troca do conhecimento, os quais passam a adquirir valores a serem alcançados ou negados, um capital reconhecido pelas comunidades de pesquisadores. Valores que podem ser materializados em ampla rede intertextual de citações, legitimadora do conhecimento e do próprio fazer científico adquiridos e divulgados pelos sujeitos que os elaboram em busca da validação de saberes.

⁷ O emprego do termo *retórica* na tradição clássica grega relacionava-se exatamente com essa propriedade persuasiva dos dizeres, com os treinamentos para convencer por meio da palavra e por meio dela também vencer debates e disputas que se davam pelo exercício da prática oral da linguagem. (v. NEVES, 2005)

⁸ “Now, to regard science as an enterprise marked by controversies and constant clashes of opinion amongst researchers with conflicting and competing views is to admit that scientific research is over and above everything else a *human* affair.” (RAJAGOPALAN, 2009, p. 435)

a respeito de possibilidades de operacionalização da retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística e os elementos que estão em jogo quando se parte dessa perspectiva de análise do documento histórico⁹.

1. Retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística

Na proposição de um método interpretativo, ou hermenêutico, como preferem Schlieben-Lange (1993) e Swiggers (2013), para o fazer historiográfico serão levados em conta, na narrativa interpretativa que se vai delinear, a análise dos seguintes aspectos: a) quem fala sobre a língua, a partir de qual espaço discursivo, e conseqüentemente, institucional e ideológico¹⁰; b) qual conhecimento sobre a língua é proposto e de que maneira esse conhecimento se situa em um “horizonte de retrospectão” (AUROUX, 2006), contextualizando dizeres e afirmações em uma rede intertextual e interdiscursiva de saberes; c) para quem se fala sobre a língua; d) com que formas e em que modos o conhecimento sobre a linguagem é veiculado, ou seja, como se estabelecem retóricas de continuidade ou de descontinuidade na construção dos saberes sobre a linguagem.

Entende-se que o discurso científico, por meio de estratégias elaboradas por seu enunciador, procura em essência persuadir seu coenunciador da validade de um paradigma de pesquisa, do seu arcabouço teórico e do seu instrumental metodológico. Tendo isso em vista, para que possamos analisar uma prática discursiva no domínio das ciências, é proposto que a retórica dos linguistas seja considerada a partir da análise de: temas e conteúdos proposicionais presentes nos textos escritos por linguistas; seleções lexicais e construções sintático-semânticas; processos de sequencialização e referencialização que instauram objetos de discurso; modalizações; estratégias de argumentação; presença de pressupostos e subentendidos nos dizeres; incorporação de enunciadores, criando redes intertextuais e interdiscursivas; tons enunciativos adotados; estabeleci-

⁹ As reflexões sobre retórica como categoria de análise devem ser consideradas como primeiras tentativas de abordar a categoria de um ponto de vista teórico-metodológico. Este artigo é parte de uma reflexão maior que está em desenvolvimento como projeto de pesquisa.

¹⁰ “'Ideologia' se define classicamente de acordo com dois elementos: uma função valorativa, normativa, diretiva que corresponde aos interesses de um grupo ou classe dominante numa sociedade; e o ocultamento desta função e de sua origem, produzindo-se uma ilusão de objetividade que de resto é indispensável para que a ideologia exerça sua função diretiva. A linguagem apresenta-se assim como instância autônoma, como meio transparente, enquanto na realidade é uma prática social concreta, e as relações sociais que a pressupõem e que a constituem não são simples e aparentes.” (MARCONDES Filho, 1992, p. 29)

mento de *ethos* dos produtores dos textos; estilos de escrita¹¹. Assim, propomos considerar o discurso científico a partir de uma hipótese central que estabelece que um texto é uma prática comunicativa que envolve sujeitos que enunciam, em modos específicos de materializar efeitos de sentido em determinado contexto de enunciação, e procuram persuadir seus interlocutores a acatar ideias, saberes, pensamentos, sempre a partir de uma circunscrição histórica, social e ideológica dos dizeres. Um texto, nesse sentido, é uma materialidade e uma singularidade também, uma vez que atualizado e reatualizado constantemente nas práticas comunicativas produtoras dos mais variados efeitos de sentido, imerso em relações intertextuais e interdiscursivas. A partir dessa consideração de base, entende-se, também, que texto e discurso estão autoimplicados nesse processo, portanto pode-se compreender uma unidade textual a partir tanto de sua dimensão linguística (componente linguístico), como também em sua dimensão de ato de fala (componente retórico).

Além desses aspectos linguísticos, que dizem respeito à configuração interna dos textos escritos por linguistas (nosso material de análise e documento histórico), a circunscrição social dessa retórica é fundamental para a compreensão das práticas discursivas dos linguistas. Desse modo, interessa o aspecto social como parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma ciência ou área de saber e de suas práticas discursivas. Em busca da discussão e correlação dos dados, para elaborar uma reflexão crítica das escolhas tomadas pelos agentes que trataram de um problema situado em determinado contexto/período, serão considerados também como elementos de análise: a) o clima de opinião em que paradigmas são propostos¹²; b) a

¹¹ Indicamos alguns elementos que podem estar em jogo quando se coloca retórica como uma categoria de análise. Este artigo procura iniciar uma reflexão nesse tema, por isso nem todos esses aspectos serão considerados na observação, introdutória, do texto (documento histórico) na próxima seção.

¹² Ainda que haja uma série de críticas a respeito do controverso emprego do termo e da noção de *paradigma* como formulada por Thomas Kuhn em 1962, ela permanece adotada nesta proposta de trabalho, considerando um distanciamento crítico em relação à proposta kuhniana original e fazendo as adaptações necessárias para uma análise em *Historiografia da Linguística*. Na revisão em que novamente se debruça sobre o termo *paradigma* e sua configuração teórica, diz Kuhn: "No livro [de 1962], o termo 'paradigma' ocorre em estreita proximidade, física e lógica, com a expressão 'comunidade científica'. Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade científica, e apenas eles, compartilham. Reciprocamente, é a posse de um paradigma em comum que institui a comunidade científica a partir de um grupo de pessoas com outras disparidades" (KUHN, 2011[1977], p. 312).

"A noção paradigmática de Kuhn e o conceito de Carl Becker dum 'clima de opinião' - se redefinidos com o propósito de escrever a história da linguística - parecem-me ser os pilares sobre os quais uma historiografia linguística pode repousar." (KOERNER, 2014, p. 12)

formação de grupos de especialidade¹³ que produzem pesquisas em um paradigma; c) a formação dos pesquisadores responsáveis por orientar estratégias de tratamento linguístico no âmbito de grupos de especialidade; d) as etapas de construção do conhecimento linguístico, tendo em vista em que medida fatores sociais e históricos podem ter contribuído para aceitação ou refutação de propostas de descrição e análise; e) os modos de comunicação e divulgação de paradigmas; f) a institucionalização do conhecimento científico; g) a recepção que um paradigma obteve em meio ao processo de desenvolvimento dos estudos da linguagem¹⁴.

Na próxima seção, propomos de modo breve e introdutório uma apresentação do alcance da utilização da retórica como categoria de análise em Historiografia da Linguística, para isso tomamos um episódio da história da linguística brasileira como estudo de caso com o objetivo de iniciar uma série de reflexões, a serem desenvolvidas posteriormente em outros trabalhos, para avaliar o uso da categoria tal como a entendemos.

2. Na década de 1960, a retórica de ruptura do paradigma gerativista¹⁵

No final da década de 1960, a história da linguística brasileira alterou-se em virtude da influência exercida pelas concepções do linguista norte-americano Noam Chomsky. A divulgação do pensamento chomskiano no Brasil começou nesse período, e o Estruturalismo¹⁶, como paradigma vigente a partir dos primeiros momentos de institucionalização da linguística, passou a conviver

¹³ A expressão “grupo de especialidade” é de uso constante em Historiografia da Linguística, a partir de Murray (1994), denotando comunidades de pesquisadores em torno de um mesmo paradigma.

¹⁴ Ressaltamos, mais uma vez, que este texto é o início de uma reflexão sobre o alcance do estudo da retórica em Historiografia da Linguística. Os elementos apontados para observação do contexto social de produção e divulgação dos modos de dizer não serão todos aplicados na análise inicial que apresentamos na seção seguinte.

¹⁵ Considerações desta seção retomam análises presentes em outros trabalhos já realizados em torno de uma análise da recepção brasileira à Gramática Gerativa.

¹⁶ A denominação “estruturalismo” é complexa, pois o termo pode se referir a diferentes dimensões de análise. Consideramos o emprego do termo para estabelecer referência a estudos em torno de propostas distribucionalistas, reconhecidas como “estruturalismo norte-americano”.

com as propostas da Gramática Gerativa¹⁷, que chegaram ao espaço acadêmico brasileiro acompanhadas de uma retórica que destacava a novidade, o modelo inovador de ciência (baseado no método dedutivo e no ideal explicativo) e práticas de descrição e análise alicerçadas, sobretudo em seus primeiros momentos, numa sintaxe, com procedimentos peculiares ao “novo” paradigma, como viam os pesquisadores que a praticavam, e relacionados a uma concepção inatista da linguagem humana.

Foi nesse âmbito que as propostas teórico-metodológicas de Chomsky começaram a chegar ao Brasil por conta da leitura de obras publicadas em outros países, pela participação de pesquisadores estrangeiros na formação de alguns dos programas de pós-graduação em linguística e também pelo envolvimento de então jovens estudantes ou professores que tinham sido enviados ao exterior para fazer cursos de pós-graduação (v. ALTMAN, 1998; BATISTA, 2007, 2010).

De acordo com Naro (1976), pode-se apontar que a história da Gramática Gerativa no Brasil teve seu início marcado pelos textos de Miriam Lemle e de Mattoso Camara, em 1967 na revista *Tempo Brasileiro*, com a notícia, por Lemle, da publicação do livro *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), de Noam Chomsky, e com uma revisão, por Mattoso, dos estruturalismos na linguística. Chegando ao Brasil, o programa de base chomskiana, como já ocorrera nos EUA (v. NEWMEYER, 1986), estabeleceu-se ao redor de uma imagem de “teoria revolucionária”¹⁸, como atesta a resenha publicada por Miriam Lemle,

¹⁷ “Esse período da linguística nacional pode ser descrito como um momento de superposição de teorias e métodos propostos por diferentes escolas linguísticas. Basta lembrar que um ano antes da publicação da resenha que muitos consideram como marco da recepção do programa gerativista, em 1967, Aryon Rodrigues publicou na revista *Estudos Linguísticos*, em seu número de julho de 1966, as “Tarefas da linguística no Brasil”. No texto, Rodrigues estabeleceu uma série de atividades (de natureza descritiva com destacada orientação estruturalista norte-americana) a serem cumpridas pelos pesquisadores, tendo em vista o desenvolvimento de uma ciência da linguagem no Brasil. Essas tarefas envolviam investigação das línguas indígenas e das línguas de minorias europeias e asiáticas e a ‘descrição da língua portuguesa’, além das tarefas relacionadas à linguística aplicada.” (BATISTA, 2010, 265)

¹⁸ As aspas duplas são empregadas para indicar que as palavras e expressões são citações do texto de Lemle.

na revista *Tempo Brasileiro*, a partir de um convite do editor Eduardo Portela: “O novo estruturalismo em linguística: Chomsky”¹⁹.

Lemle, em sua resenha, apontou a caracterização do componente sintático em duas partes articuladas por regras transformacionais, evidenciando argumentos utilizados por Chomsky e seus colaboradores para dar força à proposta, e seu discurso era articulado em torno da “inovação”, termo utilizado pela linguista. Ao apresentar pontos teóricos e metodológicos do programa chomskiano da época de *Aspects*²⁰, a autora destacou que se estava diante de uma “nova” forma de fazer linguística, mais científica e adequada para obter resultados explicativos, e não apenas descritivos, para os fenômenos da linguagem humana. Propunha-se, entre outros pontos essenciais, uma alteração na forma de conceber *língua* (vista como elemento abstrato, de raízes biológicas e inatas), *gramática* (articulação de processos sintáticos — gerativos de sentenças — com informações fonológicas e semânticas — de caráter interpretativo) e o processo de sua aquisição, concebido como o desenvolvimento de uma capacidade inata, herdada geneticamente pela espécie humana, denominada como a *gramática universal*.

Uma análise da retórica empregada por Lemle permite evidenciar que a autora escreveu um texto de forma programática, no sentido de que construiu sua rede argumentativa destacando a inovação, as mudanças, as novas perspectivas que o programa chomskiano trazia, em comparação com o programa estruturalista e formas conhecidas de descrição da Gramática Tradicional. Podemos,

¹⁹ Este texto considera como material de análise apenas a resenha de Lemle, tendo por objetivo evidenciar a presença da retórica de ruptura em texto que a história da linguística brasileira reconhece como introdutor do pensamento chomskiano no Brasil. Esse recorte bastante específico não desconsidera, naturalmente, que a Gramática Gerativa se desenvolveu em diferentes modos de presença no contexto brasileiro de produção científica em linguística, no entanto não é o escopo deste artigo estabelecer tal história. Para uma leitura sobre desenvolvimentos dos estudos em Gramática Gerativa no Brasil remetemos o leitor a trabalhos de Batista (2007, 2010).

²⁰ *Aspects* representa o início do período cognitivo da Gramática Gerativa, momento de diálogo entre as propostas gerativistas e os aspectos cognitivos da linguagem humana. As aclamadas ruptura e mudança revolucionária se faziam mais uma vez presentes na aproximação da linguística com a prática de pesquisa das disciplinas exatas e naturais, de onde viria, por exemplo, o rigor metodológico e argumentativo.

nessa linha de interpretação, ressaltar a seleção lexical em torno de expressões como “hipótese bastante ousada”, “opõe-se diametralmente”, “notável diferença de conceitos”. A retórica de ruptura está presente no discurso de Lemle, pois o que se coloca em evidência é uma tentativa de ressaltar o quanto as propostas da Gramática Gerativa diferenciavam-se do que estava estabelecido no panorama de estudos na ciência da linguagem da época, influenciada, então, por análises distribucionalistas (nos EUA de modo mais destacado), ancoradas em uma filosofia da linguagem essencialmente behaviorista. Seguindo a orientação argumentativa de ruptura já adotada por Chomsky em relação aos estruturalistas norte-americanos (considere-se, por exemplo, a crítica de Chomsky na resenha que fez, em 1959, para o livro *Verbal Behaviour* de Skinner), Lemle apresentou a teoria direcionando seus leitores (agindo nesse sentido por meio da linguagem), coenunciadores portanto, para um novo modo de fazer pesquisa sobre as línguas.

Note-se que, com isto, fica postulada uma hipótese bastante ousada e específica sobre o mecanismo da aquisição lingüística: tanto a criança no aprender a falar quanto o adulto no aprender novas línguas só poderiam realizar essa tarefa imensamente complexa se, ao se aproximarem dos dados, já possuísem um esquema prévio, um pré-conhecimento tácito dos universais lingüísticos.

.....
 O modelo do processo psicológico de aprendizagem aí sugerido opõe-se diametralmente ao proposto pelas teorias mecanicistas, que vêem a aprendizagem como uma fixação de hábitos baseada na seleção de associações estímulo-resposta [...]

.....
 Assim chega-se a mais uma notável diferença de conceitos entre a lingüística da primeira metade do século e esta. Aquela, concebendo uma língua como um *corpus* de dados, considerava-a como um sistema em si, independente de todas as outras. [...] Pela teoria de Chomsky, ao contrário, [...] sendo uma língua vista como uma das formas possíveis de manifestação da propriedade humana de linguagem, é natural que todas as descrições partam de um mesmo molde e façam uso de um cabedal comum de termos e tipos de regras, pois eles são entendidos como denotações de caracteres que são gerais. (LEMLE, 1967, p. 58-59)

Ainda sobre os trechos destacados da resenha de Lemle, é possível apontar os implícitos que também evidenciam o objetivo de uma retórica de introduzir

um “novo” pensamento sobre a linguagem, alicerçado, em destaque como seria de esperar no jogo argumentativo, em um instrumental técnico novo e mais avançado cientificamente, como podemos depreender pela retórica que destaca sobretudo a novidade e a descontinuidade com modos anteriores de analisar a linguagem humana. Em relação a isso, podemos apontar os seguintes exemplos: a) a expressão “só poderiam realizar essa tarefa” já estabelece no interior do discurso a impossibilidade da validade de adoção de outra perspectiva teórica que não aquela proposta por Chomsky; b) em “assim chega-se a mais uma notável diferença de conceitos entre a linguística da primeira metade do século e esta”, vemos a adoção de uma perspectiva de compreender o conhecimento científico como revolucionário e em progresso constante, pois o jogo comparativo parece nos indicar um caráter de obsolescência de toda proposta anterior àquelas da Gramática Gerativa; c) a expressão “é natural” nos evidencia o posicionamento retórico de Lemle, pois coloca a proposta chomskiana como clara, lógica e fortemente construída em sua natureza epistemológica.

Em outro trecho da resenha, com palavras que destacavam a ruptura entre paradigmas na linguística - “Está se formando, ao redor de Chomsky, uma corrente revolucionária na linguística: é a da chamada gramática gerativa-transformacional” -, Lemle acentuou diferenças das propostas de Chomsky em relação a procedimentos então adotados por outras formas de estudar a linguagem e as línguas naturais, não deixando de ressaltar o quanto as propostas chomskianas se mostravam promissoras não só para a linguística, mas também para áreas correlacionadas. Para Lemle, era uma teoria tal como a proposta por Chomsky em 1965 o caminho para um diálogo com a psicologia, por exemplo, ampliando assim as perspectivas das pesquisas linguísticas. Mais uma vez, o que se observa é a retórica que enfatiza o avanço, a novidade e, principalmente, a reformulação da linguística em torno de um caminho considerado mais científico. E a retórica foi francamente de ruptura com a linguística da época, uma vez, observando o uso e a insistência na repetição do item lexical, que “novas questões, novas posições teóricas, novos rumos de investigação, novas formas de descrição vêm sendo propostas” (LEMLE, 1967, p. 55).

Pode-se observar, também, que a visão adotada de um percurso na história da linguística é a que destaca que esse “novo estruturalismo em Linguística: Chomsky” (título da resenha) colocava, de fato, a ciência da linguagem em outro patamar, a saber, aquele que os gerativistas consideravam como verdadeiramente científico em termos teóricos e metodológicos, ou seja, precisão na definição do objeto observacional e delimitação objetiva e racional dos métodos de observação, ancorados na dedução e não na indução, vista como

insustentável em termos científicos na perspectiva divulgada pela retórica de ruptura dos gerativistas, a partir do próprio Chomsky. No trecho abaixo, o item lexical “interregno” e a adoção da conjunção adversativa “mas” evidenciam a materialização de um posicionamento discursivo que colocava em confronto direto um conhecimento tido como velho e ultrapassado e um outro novo e validado pela retórica de ruptura da autora da resenha; retórica ancorada, sem dúvida, no prestígio científico que Noam Chomsky começava a obter na época no cenário das ciências da linguagem nos EUA (que também começava a sobrepujar a Europa, ou mesmo a se igualar, em termos de centro de produção e divulgação de conhecimento científico de ponta).

A lingüística da primeira metade deste século vem sendo vista como um inter-regno, em que certos valores positivos foram cultivados, tais como a consciência da necessidade de precisão formal e acuidade observacional, mas que sofreu de uma certa estreiteza de vistas no que concerne a suas posições epistemológicas. (LEMLE, 1967, p. 55)

No trecho que segue, a retórica adotada destacou os caminhos da ciência da linguagem (“deve procurar”, “suficientemente”) em busca do ideal de alcance explicativo da teoria. Além disso, pode-se notar que a construção sintático-semântica do último período nos leva a reconstruir uma informação implícita, que dialoga com a afirmação de ruptura com saberes considerados ultrapassados em relação a modos de descrição e análise linguística: o paradigma anterior à Gramática Gerativa, de base estruturalista distribucional, como praticado por Bloomfield e seus seguidores essencialmente nos EUA, com tarefas centrais como a descrição de línguas indígenas, conseguiam atingir “apenas” o ideal descritivo de ciência, o que, na perspectiva dos gerativistas, era o suficiente para evidenciar uma falha na própria concepção de ciência e seus métodos.

A teoria linguística deve procurar determinar os traços universais em todos os setores da organização linguística (o fonológico, o sintático, o semântico) e nas inter-relações entre estes três componentes. Êsses traços devem ser suficientemente amplos para abarcar a grande diversidade das línguas, e suficientemente restritivos e explícitos para que possam constituir uma caracterização valiosa da capacidade humana de linguagem. A postulação dos universais linguísticos, ao nos prover de uma definição de língua humana em geral, nos proporciona concomitantemente a *explicação*, da forma de cada gramática particular. Sem base numa descrição da forma da língua em geral, as gramáticas

das línguas particulares ficam sendo apenas descrições *ad hoc*, sem possibilidades de explicação mais profunda. (LEMLE, 1967, p. 59, destaque no original)

Mesmo quando se abordou algum elemento que poderia não ser favorável ao paradigma gerativista, a retórica adotada acabou direcionando o que seria uma fraqueza para o caminho da cientificidade ideal, mesmo que esta estivesse próxima de uma abstração maior, o que exigiria outra capacidade e entrega intelectual do linguista. Ou seja, a retórica, em linhas implícitas, nos parece dizer que a tarefa é árdua e exatamente por isso é que é evidência da superioridade da proposta teórico-metodológica em resenha. Temos, aqui, o estabelecimento de um *ethos* para esse “novo” linguista, atrelado, por conta da imagem que dele se constrói no discurso, a símbolos de juventude, ousadia e amplidão intelectual, capaz de ultrapassar o tradicional em pesquisa de linguagem e manter diálogo aberto com o que sempre constituiu o imaginário sofisticado de um cientista: a lógica, o uso de cálculos, a abstração, as fórmulas e recursos gráficos. Um *ethos* que também segregava, mas mesmo esse distanciamento pode ser visto, na retórica, como positivo, uma vez que apontava para a própria necessidade de reformulação na formação dos linguistas (veja, nesse sentido, que Lemle destacou uma revisão nos EUA do que seria considerado como conhecimento básico para a formação desse cientista da linguagem já sob influência das propostas de Chomsky).

No trecho abaixo, pode-se notar a distinção que a retórica estabeleceu entre um linguista teórico e um linguista, digamos, aplicado. O *ethos* da cientificidade está atrelado a esse teórico que, imerso nas abstrações próprias relacionadas ao ideal de explicação do fazer científico, deve, após seus empreendimentos chegarem a um bom termo, lançar caminhos para o “linguista prático”. O discurso de Lemle, seguindo modos de construção de discursos como o científico (que precisam trabalhar com a suposta, e enganadora, transparência da linguagem para transmitir sentidos próximos da ideia de algo incontestável e dado como certo; autoritários, portanto), ao fazer afirmações como “nessa luz, não há alternativa mais adequada para a descrição do fenômeno linguístico do que uma teoria rica e a linguagem algébrica”, colocou na perspectiva do leitor a noção de que essa teoria, vista, ressaltamos mais uma vez, como o ideal de cientificidade, era exatamente aquela que a resenha estava expondo. Em uma construção declarativa afirmativa ressaltou-se o conteúdo proposicional, deixando encobertos seus valores subjetivos, mascarando a retórica que está por detrás dos dizeres científicos, sociais e argumentativos em sua essência. Veja-

-se, ainda, que a autora reafirmou a distinção entre grupos de especialidade, afastando os filólogos do que suas considerações destacavam como prática adequada no estudo das línguas e da linguagem humana.

Quanto à sua linguagem, Chomsky não é simples. À primeira folhada rápida em qualquer dos seus livros ou artigos salta aos olhos a abundante e complexa algebrização de que faz uso. Também o fato que já frisamos mais de uma vez de se tratar de uma teoria ainda em elaboração, que tem a nos oferecer por enquanto apenas os seus argumentos e contra-argumentos e contínuas reelaborações, e não uma exposição completa, integrada e didática, só tende a tornar mais difícil a sua apreensão satisfatória para a utilização nas tarefas de descrição. Com o tempo, à medida que as soluções mais adequadas forem sendo selecionadas e se sedimentando, irá se tornando possível prover de receitas o lingüista prático (professôres de línguas, descritivistas, etc.), ávido delas, e com razão, pois são indispensáveis à eficiência do trabalho quotidiano. O que não significa que as receitas para se tratar do fenômeno lingüístico possam ser simples. Não é sensato esperar que se possa tratar por meio de um arsenal teórico simples um fenômeno complexo. Nessa luz, não há alternativa mais adequada para a descrição do fenômeno lingüístico do que uma teoria rica e a linguagem algébrica. A algebrização, na verdade, passou a ser uma necessidade de princípio para a lingüística, uma vez dado o passo para o estruturalismo, isto é, uma vez compreendido o fato de que uma língua não é uma soma arbitrária de fatos isolados (nomes de coisas) como a vê o filólogo tradicional e sim um sistema simbólico de um poder infinito e altamente estruturado (LEMLE, 1967, p. 67)

Não espanta, pois, que Chomsky e seus seguidores ainda se encontrem um tanto isolados numa torre de marfim, incompreendidos pela maioria e combatidos pelos que se satisfaziam com um estruturalismo menos exigente. Mas já nos Estados Unidos os cursos mais avançados de lingüística estão exigindo como pré-requisito uma creditação bastante grande em lógica matemática (LEMLE, 1967, p. 68)

O que encerra a resenha são comentários garantindo o espaço da Gramática Gerativa para além das pesquisas lingüísticas. Mais uma vez, a retórica não só destacava a descontinuidade com os saberes já não validados por um novo grupo de especialidade, que começava a institucionalizar o que eles entendiam como novos procedimentos para a pesquisa em ciência da linguagem, como também

colocava em evidência as possibilidades de expansão do tipo de conhecimento que a Gramática Gerativa se colocava como tarefa.

É devido à maior ambição e à alteração das suas metas teóricas e da abertura destas novas frentes de estudos, que atingem até as fronteiras de outras disciplinas, que se tem considerado uma revolução na lingüística a obra de Chomsky e dos que pensam na mesma linha, e se tem dito que somente a partir destas novas posições a lingüística está deixando de ter o *status* de uma simples técnica descritiva para alcançar o *status* de ciência, capacitada a *explicar* e não apenas descrever os dados do fenômeno que estuda, e interessada em relacioná-los com os fenômenos estudados pela biologia, psicologia, antropologia, nas quais não hesita em buscar esclarecimentos e às quais tem a dar contribuições valiosas. (LEMLE, 1967, p. 69)

Para Altman (1998) e Batista (2007, 2010), entre outros pesquisadores da história da linguística brasileira, a divulgação das propostas de Chomsky e a retórica de ruptura estabelecida pelos seus seguidores encontrou eco no Brasil e na comunidade científica de então. Veja-se que o tipo de discurso utilizado por Lemle podia ser encontrado também em outras publicações: a atitude em relação à novidade pode ser percebida, por exemplo, na divulgação da tradução do livro de John Lyons (1973) sobre as primeiras propostas chomskianas. Chomsky era considerado pela editora que publicava o livro no Brasil como um “mestre da modernidade”, nome que recebia a coleção em que se inseriu o livro. O texto da quarta capa anunciava: “A linguística, disciplina outrora remota e acadêmica, tornou-se, graças principalmente a Noam Chomsky, um dos centros e uma das fronteiras do saber acadêmico. Por isso, a obra de Chomsky interessa a todos quantos queiram compreender a revolução operada no pensamento contemporâneo” (BATISTA, 2010).

O posicionamento assumido na resenha sobre a obra de Chomsky, como interpretamos neste texto, permite, por conta de sua configuração linguística, a circunscrição da retórica em um espaço científico que defendia a inovação de um programa que começaria, então, seu percurso na linguística brasileira. De fato, como apontado, é a resenha de Lemle o texto considerado por muitos linguistas como o marco do início da Gramática Gerativa na linguística nacional. Na retórica adotada pela autora, havia a definição clara de que se estaria diante de uma nova ciência da linguagem, porque em sua base teórica estaria a alteração do que se compreendia como língua, situando a linguística em um novo

domínio, de natureza essencialmente biológica, possibilitando diálogos diversos daqueles que os estudos linguísticos tradicionalmente haviam estabelecido.

E a divulgação das propostas da Gramática Gerativa vinha, sem dúvida, ancorada em sólido circuito referencial (“horizonte de retrospecto”), uma vez que tinha a assinatura de Noam Chomsky por detrás, garantindo, desse modo, o caráter de inovação a partir de uma esfera de influência que dava às propostas um argumento de autoridade inquestionável, principalmente se considerarmos que na época a linguística brasileira começava a se organizar como campo autônomo de pesquisa e ensino. Apresentar uma linguística que nascia em prestigiado centro de produção científica norte-americano garantia à retórica tanto o aspecto de modernidade quanto o de seriedade acadêmica.

Escrito para um público mais amplo, o volume da revista *Tempo Brasileiro* não era dedicado exclusivamente a textos de linguística (o número especial trata do estruturalismo - coqueluche teórica dos anos 1960), a resenha foi escrita na linha dos textos de divulgação, o que contribuiu, sem dúvida, para que as formas discursivas da ruptura se destacassem em um texto que equilibrava o objetivo central de divulgar uma proposta de análise linguística com informações teóricas sobre o programa de pesquisa em questão.

Nesse panorama, não se pode considerar de forma passiva a recepção de modelos teóricos e de práticas de análise da Gramática Gerativa, pois a adoção de ideias vindas de outros centros de produção gerou a formação de elementos que acabaram por dar forma a um grupo de especialidade, que se reconheceu, posteriormente ao momento de escrita da resenha de Lemle, como distinto de outros grupos e com produção científica que o autorizava, inclusive, a lançar-se no cenário nacional com um discurso que destacava a diferença e a renovação. Entre esses elementos que auxiliam a busca por uma visão mais dinâmica e, portanto, mais positiva da recepção, estão: a) a criação de instituições que são reconhecidas como estáveis na concentração de pesquisadores e também na formação de jovens membros do grupo; b) a perenidade dos subgrupos no tempo; mesmo que alterações existam, a comunidade brasileira que se reconheceu como atuante em Gramática Gerativa imprimiu na linguística brasileira o reconhecimento de um outro grupo de especialidade, que não se extinguiu na produção científica; c) a capacidade de atrair novos estudantes; mesmo que o paradigma não atraia mais muitos jovens pesquisadores (BATISTA, 2010), a área continua a se desenvolver e a apresentar propostas de estudo e de colaboração científica internacional, que confirmam a presença do grupo de especialidade na linguística brasileira; d) a comunidade de pesquisadores do programa aponta que a entrada do referencial teórico no Brasil colaborou

para a exploração de dados e fenômenos do português que antes não haviam sido trabalhados nem considerados. Nesse sentido, o grupo de especialidade se reconhece em atividade científica, produzindo uma ciência, derivada de elementos teórico-metodológicos vindos de centros internacionais, mas aplicados à realidade da língua portuguesa (BATISTA, 2010).

Em forma de síntese interpretativa, podemos considerar que:

- a retórica presente no texto de Lemle nos evidencia a presença de uma voz discursiva, veiculadora de um *ethos* específico de um tipo de cientista, que se situa em um domínio conceitual, a saber, aquele que compreendia ciência da linguagem em diálogo com o fazer científico típico do que se reconhecia, na década de 1960, como ciências exatas e naturais. Desse modo, coloca-se em jogo, via linguagem, a circunscrição de um linguista que pratica e divulga o paradigma gerativista de tratamento da linguagem em uma dimensão discursiva que destaca a objetividade do fazer ciência, que determina o recorte bastante específico do seu material de análise, distanciando-se, conseqüentemente, do que era reconhecido em um panorama de ciências humanas para o tratamento de linguagem. Há, nos dizeres desse modo de divulgação da Gramática Gerativa, empreendida por Lemle, um recorte ideológico que especifica uma maneira de fazer ciência, que valida o conhecimento sobre a linguagem elaborado por Noam Chomsky na década de 1960. Esse conhecimento sobre a linguagem humana, veiculado por Lemle, traça uma rede de diálogo não só com Chomsky, mas também com todos os que se filiavam à corrente de pensamento elaborada pelo linguista norte-americano, possibilitando a presença de reconhecimentos de pertencimento que permitiram a formação de um grupo de pesquisadores, que, em suas práticas de pesquisa, institucionalizaram os saberes produzidos;
- a destacada retórica de ruptura adotada por Lemle situa-se em um “horizonte de retrospectação”, ou seja, dialoga com os posicionamentos do próprio Chomsky. Nesse sentido, a descontinuidade proposta com formas de conhecimento já presentes na história da linguística também coloca em circulação, de modo tácito, o que se compreendia como a linguagem humana. Ao divulgar o pensamento chomskiano para um leitor não especializado, a retórica servia a uma função peculiar, a de tornar público saberes de natureza mais acadêmica (não tão acessível, digamos, a um leitor que não faça parte do grupo de pesquisadores em linguística), daí, também, uma linguagem que, em busca de sua

força persuasiva, lançava mão de uma série de recursos linguísticos que materializavam anseios contextualizados em espaços sociais e institucionais específicos.

Desse modo, com uma retórica articulada essencialmente na perspectiva da ruptura, pois a ciência da linguagem se colocava em um novo estágio a partir das propostas de Chomsky, o texto de Lemle fez história, não à toa permanece como marco inicial no Brasil da recepção às propostas da Gramática Gerativa.

Conclusão

Um discurso programático, como o estabelecido por Lemle na divulgação da proposta gerativista, nos indicia que a retórica adotada estabelece o que se entende como uma pragmática da investigação científica, circunscrita a comunidades específicas. Entender essa prática como ação põe em evidência um modelo de interpretação da ciência e seus desenvolvimentos que, ao colocar em jogo uma série de parâmetros de análise, observa contextos em que se inserem investigações científicas. Assim, colocam-se como aspectos importantes: a) o dialeto técnico dos linguistas e a retórica utilizada ao configurar um discurso programático, também este institucional, pois o discurso localiza e relaciona membros pertencentes a determinadas comunidades de pesquisa; b) as fundamentações teóricas e os procedimentos de análise que particularizam práticas de investigação científica; c) as formas de comunicação dos resultados, configurando a literatura específica de um grupo de pesquisadores vinculados a paradigmas específicos.

Desse modo, considerar a retórica como categoria de análise para a interpretação de períodos da história da linguística define como ponto central de observação o discurso dos cientistas da linguagem. Na dimensão pragmático-discursiva que esse cientista delimita e firma no processo histórico, reconhecemos as marcas de iniciativas sociais e subjetivas que colocam uma prática intelectual e científica em contextos configurados pela própria ação linguística de seus executores, em ressonância com o conceito de atos de fala e com a compreensão da linguagem como ação, no sentido de que os dizeres, localizados e circunscritos em uma dinâmica social, elaboram espaços de inserção científica em contextos mais amplos. Espaços que serão ou não validados por outros pesquisadores, ficando para a história da área como trajetória de sucesso ou fracasso. Espaços delimitados, na perspectiva analítica aqui adotada, pela força de uma retórica de ruptura com outros saberes, como numa chave elementar:

a palavra define esferas de atuação e é dela que saem recortes de identidade de pesquisadores que, mesmo desatentos a essa configuração histórica, fazem de sua busca pelo saber intelectual também uma busca identitária em meio aos discursos que produzem.

Nesse sentido, encontramos eco na indagação de Novaes (1992, p. 12), que nos abre o caminho para futuras reflexões: “Que intenções encarnam e animam as palavras? Que objetos históricos, políticos e culturais são visados pelas palavras?”.

Referências bibliográficas

- ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- AUROUX, Sylvain. Les modes d’historicisation. *Histoire Épistémologie Langage*, n. 28, v. I, p. 105-116, 2006.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *A recepção à Gramática Gerativa no Brasil (1967-1983): um estudo historiográfico*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Em busca de uma história a ser contada: a recepção brasileira à gramática gerativa. *Revista da Anpoll*, n. 29, p. 259-291, 2010.
- BORGES Neto, José. Filosofia da Linguística. In: Gonçalves, Adair Vieira; Góis, Marcos Lúcio. (Org.) *Ciências da linguagem: o fazer científico*. v. 1. Campinas: Mercado de Letras, 2012. p. 35-63.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Trad. de Denice Barbara Catani de conferência e debate organizados em março de 1997. São Paulo: Unesp, 2004.
- CHOMSKY, Noam. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965.
- DASCAL, Marcelo. Epistemologia, controvérsias, polêmicas. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 12, p. 73-98, 1994.
- DASCAL, Marcelo. Types of polemics and types of polemical moves. In: Capone, A. (ed.). *Perspectives on Language Use and Pragmatics: A Volume in Memory of Sorin Stati*, München: Lincom, 2010, p. 77-97.
- DUTRA, Luiz H. *Pragmática da investigação científica*. São Paulo: Loyola, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves do orig. francês de 1969. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

- KOERNER, Konrad. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Sel. e ed. de textos de R. Kemmler e C. Altman. Vila Real: Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014.
- KUHN, Thomas S. *A tensão essencial*. Trad. de Marcelo A. Penna-Forte do orig. inglês de 1977. São Paulo: Unesp, 2011.
- LEMLE, Miriam. O novo estruturalismo em linguística: Chomsky. *Tempo Brasileiro*, n. 15-16, p. 51-64, 1967.
- LYONS, John. *As idéias de Chomsky*. Trad. de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg do orig. em inglês. São Paulo: Cultrix, 1973.
- MARCONDES Filho, Danilo. *Filosofia, linguagem e comunicação*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 1992.
- MURRAY, Stephen. *Theory groups and the Study of Language in North America. A social history*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1994.
- NARO, Anthony J. (Org.). *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- NARO, Anthony J. Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil. In: _____. (Org.) *Tendências atuais da linguística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 67-114.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional*. 2.ed. rev. e atual. São Paulo: Unesp, 2005.
- NEWMAYER, Frederik. *The Politics of Linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986.
- NOVAES, Adalto. Sobre tempo e história. In: Novaes, A. (Org.) *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 9-18.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. Science, Rhetoric, and the Sociology of Knowledge: A Critique of Dascal's Views of Scientific Controversies. In: Wrigley, Michael. *Dialogue, Language, Rationality. A Festschrift for Marcelo Dascal*. Unicamp, 2009. p. 433-464.
- RODRIGUES, Aryon D. Tarefas da linguística no Brasil. *Estudos Linguísticos*, n.1, v.1, p. 4-15, 1966.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *História do falar e história da linguística*. Trad. de Eni Orlandi e et al. Campinas: Pontes, 1993.
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, n. 44-45, 2013.
- SWIGGERS, Pierre. Modelos, métodos y problemas en la historiografia linguística. In: Zumbado, C. et al. (Eds.) *Nuevas aportaciones a la historiografia lingüística. Actas del IV Congreso Internacional de la SEHL*. La Laguna, 22 al 25 de octubre de 2004. Madrid: Arco Libros, 2005. p. 113-146.

ZIMAN, John. *O conhecimento público*. Trad. de Regina Regis Junqueira do orig. inglês de 1968. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

Recebido em 28 de agosto de 2015.

Aceito em 27 de outubro de 2015.